

## **A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROECOLÓGICOS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: Uma análise das experiências contidas no periódico científico Revista Agriculturas**

Danielle Viturino da Silva<sup>1</sup>  
Kleciane Nunes Maciel<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este trabalho, de forma exploratória, tem por objetivo analisar se a comercialização dos produtos agroecológicos constitui-se numa possível alternativa para a melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores familiares no Semiárido Brasileiro. Para a sua elaboração foi realizada uma ampla revisão de literatura e feita sistematizações de experiências de comercialização de produtos agroecológicos no Semiárido Brasileiro, a partir da análise documental de casos contidos no periódico científico “Revista Agriculturas: experiências em agroecologia”, sendo esta considerada como uma das principais revistas científicas na área da agroecologia e do desenvolvimento rural no Brasil. Deste modo, foi possível verificar se a comercialização dos produtos agroecológicos constitui-se numa possível estratégia para a redução da pobreza rural no Semiárido. A partir das observações conclui-se que, há a existência de mecanismos que buscam promover melhorias socioeconômicas para os agricultores familiares situados na Região do Semiárido Brasileiro.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Rural, Semiárido, Agroecologia.

### **Introdução**

A Região Semiárida no Brasil é composta por nove estados da Região Nordeste, a vegetação dominante é a caatinga, tendo como destaque o umbuzeiro, mandacaru, palma e o xique-xique, que são plantas resistentes ao solo seco. Atualmente, possui a maior parcela da população rural, e vem sendo caracterizada como a que mais apresenta problemas no país, pois boa parte da sua população encontra-se em situação de pobreza ou extrema pobreza. Isto, por sua vez, decorre do atraso em questões fundamentais de cunho econômico, social e político que geram severos limites à construção de uma agenda de desenvolvimento rural para esta região.

Buainain e Garcia (2013) ressaltam que o sistema produtivo agropecuário na Região Semiárida sempre foi representado pela alta vulnerabilidade ao fenômeno das secas, de forma que a ocorrência periódica tem como consequência o atraso social e econômico, contribuindo de certa forma na consolidação da imagem de que o Semiárido é um território pobre, seco, atrasado e sem perspectivas de melhorias.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e-mail: viturino.dani@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e-mail: kleciane36@gmail.com

Nesse sentido, autores como Duque (2008), Brasileiro (2009), Buainain e Garcia (2013), destacam que essa região apresenta uma diversidade de ambientes propícios para o plantio, apesar do grande período de estiagem. Ainda abordam que umas das causas do aceleração dos impactos ambientais são decorrentes das práticas insustentáveis utilizadas no processo produtivo agropecuário, que acabam degradando o solo. Desta forma, argumentam a necessidade da intensificação de políticas públicas que tenham o objetivo de financiar projetos e de dar o suporte técnico para que seja implantada, disseminada e fortalecida a produção agropecuária sustentável na região. No entanto, os projetos não podem ficar restritos apenas na etapa da produção, mas devem ser ampliados até a fase da comercialização (escoamento).

Silva (2016) destaca que através da agroecologia os agricultores terão mais oportunidade e autonomia que antes, pois com o modelo convencional eles eram excluídos do processo produtivo, além disso, esse modelo possui grande dependência de insumos externos que são agrotóxicos e fertilizantes químicos, sendo que o uso excessivo desses insumos resulta na degradação do solo e meio ambiente geral, além de gerar danos à saúde dos agricultores produtores e da sociedade no geral, através do consumo dos alimentos contaminados.

Sendo assim, a produção agroecológica pode ser considerada uma estratégia importante para a geração e/ou incremento de renda para os agricultores. Por outro lado, escoar a produção no mercado local contribui para a geração de renda para a família rural, bem como para que ocorra uma situação de segurança alimentar no local onde estão situados os estabelecimentos rurais agroecológicos, fato este que gera uma percepção positiva da sociedade para com os agricultores.

Tonneau, Aquino e Teixeira (2005, p. 77) defendem que “Uma agricultura familiar pode contribuir com a segurança alimentar das populações rurais – por meio da produção de autoconsumo – e urbanas, por meio de circuitos econômicos adaptados às especificidades regionais”.

Visto isso, este trabalho, de forma exploratória, tem por objetivo analisar se a comercialização dos produtos agroecológicos constitui-se numa possível alternativa para a melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores familiares no Semiárido Brasileiro.

## **Procedimentos Metodológicos**

Para a elaboração deste trabalho, foi realizada uma ampla revisão de literatura e feita sistematizações de experiências de comercialização de produtos agroecológicos no Semiárido

Brasileiro, a partir da análise documental de casos contidos no periódico científico “Revista Agriculturas: experiências em agroecologia”, sendo esta, considerada como uma das principais revistas científicas na área da agroecologia e do desenvolvimento rural no Brasil.

Assim, para o melhor desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um levantamento de 7 exemplares da Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia, sendo que, em cada revista existem entre dois e seis artigos que expõem casos que obtiveram êxito com o sistema produtivo agroecológico.

**Quadro 1** - Exemplares da Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia utilizada na pesquisa.

N	EXEMPLARES DA REVISTA AGRICULTURAS
1	Revalorizando a agrobiodiversidade, vol. 1 n°1, nov./2004.
2	Beneficiamento da produção e acesso a mercados, vol. 2 n° 2, jun./2005.
3	Gerando riquezas e novos valores, vol. 2 n° 3, out./2005.
4	Eqüidade e soberania nos mercados, vol. 5, n° 2, jun./2008.
5	Relocalizando os sistemas agroalimentares, vol. 8, n° 3, set./2011.
6	Construção Social dos Mercados, vol. 10, n° 2, jun./2013.
7	Agroecologia e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, vol. 13, n° 3, set./2016.

Fonte: Autora (2017).

Deste modo, a partir do estudo realizado por meio das revistas agriculturas, foi possível verificar se a produção e comercialização dos produtos agroecológicos constitui-se numa possível estratégia para a redução da pobreza rural no Semiárido.

Cabe mencionar, que este trabalho é fruto de algumas questões e análises iniciais oriundas do projeto de pesquisa intitulado: O papel da agroecologia no Semiárido Alagoano, que vem sendo desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos sobre Ecodesenvolvimento e Agroecologia do Campus do Sertão, da Universidade Federal de Alagoas.

## O Desenvolvimento Rural no Semiárido Brasileiro

A região semiárida é conhecida pelas secas, apresentando grande período de estiagem. Outro fator preponderante nessa região é a extrema irregularidade das chuvas, essas chuvas torrenciais acabam de certa forma interferindo na escolha do sistema produtivo, uma vez que dado às características da região os agricultores optam pela criação de animais ao invés da agricultura.

No entanto, Duque (2008) diz que os problemas no semiárido são mais de ordem sociopolítica do que climática, pois segundo ele o modelo de desenvolvimento só favorece aos agronegócios, em especial, empresas de grande porte, que causam prejuízos ambientais pela forma inadequada do uso dos recursos naturais. Enquanto isso, o agricultor sofre as consequências pela falta de uma gestão igualitária.

Os [...] agricultores familiares, poucos tiveram acesso aos recursos disponibilizados pelas políticas de desenvolvimento. Restavam-lhes os programas assistenciais de emergência: distribuição de água por carros-pipa e frentes de trabalho. Se esse tipo de auxílio pode amenizar a situação, não resolve o problema, pois não disponibiliza para as famílias agricultoras os meios e recursos essenciais para garantirem uma produção que satisfaça as suas necessidades (DUQUE, 2008, p. 135).

Tonneau e Cunha (2005) apontam que uns dos problemas que causam o subdesenvolvimento do semiárido consistem nas relações de poder, fazendo com que tradicionalismo continue a prevalecer, tendo assim pouca disposição para a mudança, ocasionando a exclusão de grande massa da população, resultando numa ausência de dinamismo social. Isso tem como efeito “A insatisfação com as políticas e ações de desenvolvimento e com os resultados que geraram leva-nos a refletir sobre que novas políticas públicas são mais adequadas para o desenvolvimento do semi-árido nordestino [...]” (TONNEAU; CUNHA, 2005, p. 48).

Ao transcorrer os últimos séculos a região semiárida desenvolveu as atividades econômicas de forma atrasada em relação às áreas mais dinâmicas do país, ainda mais dado à intensificação da concentração da riqueza e da renda e pela aglutinação de grandes contingentes populacionais em diversas atividades de produtividade baixíssima, resultando assim na insuficiência dos meios de subsistência básicos para as famílias, especificamente as localizadas na zona rural (PRADO JR., 1977; FURTADO, 1980 *apud* BUAINAIN; GARCIA, 2013).

Embora esta imagem ainda persista, e corresponda parcialmente à realidade, a situação e as condições socioeconômicas vigentes no SB<sup>3</sup> vêm sofrendo um processo lento, mas visível, de mudanças. Esse processo tem sido impulsionado por um amplo conjunto de fatores, que incluem desde o próprio adensamento populacional, a democratização, a maior descentralização política e econômica estabelecida pela Constituição de 1988, a acumulação e maturação de investimentos públicos viabilizadores de importantes iniciativas privadas, como os polos irrigados, e a maior integração à própria economia nacional (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

---

<sup>3</sup> Semiárido Brasileiro (SB)

De acordo com a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)<sup>4</sup>, cerca de 59,1% da população estão em situação de extrema pobreza no Nordeste. Destes, mais da metade 52,5% estão localizados na zona rural. O índice de Desenvolvimento Humano possui uma variação de baixo a muito baixo, essa variação permeia cerca 60,09% dos municípios do Semiárido. O índice de Gini<sup>5</sup> está acima de 0,60 para mais de 32% dos municípios do Semiárido, isso demonstra a elevada concentração de renda na região. Outro fator alarmante no Semiárido é a forte desigualdade de gênero, onde, mais de oito milhões de pessoas não possui renda monetária ou tem como única fonte de rendimento os benefícios governamentais, a maioria (59,5%) são mulheres.

Visto isso, Silva (2016, p. 18) diz que “O Semiárido brasileiro é marcado pela exclusão social e degradação ambiental, o que acarretam em fatores determinantes da crise socioambiental e econômica vivida na região há muitos anos. [...]”.

Na perspectiva de melhorias socioeconômicas no Semiárido Brasileiro Buainain e Garcia (2013) tratam que:

[...] A empregabilidade tem um escopo abrangente, e pode ser trabalhada tanto no contexto da economia solidária, da agricultura familiar, dos arranjos produtivos envolvendo grandes e médios empreendimentos em territórios rurais, desde o turismo, polos industriais em expansão, indústria naval, mineração, construção civil etc.

Segundo Silva (2016, p.20), “Viver, produzir e desenvolver são as premissas que compõe os instrumentos de convivência com o semiárido, essas práticas buscam verificar as particularidades e especificidades existentes nessas regiões [...]”.

Nesse sentido, para se obter o desenvolvimento rural sustentável, as políticas públicas devem atuar como instrumento capaz de traçar metas eficazes que respeite as limitações ambientais, fazendo o uso correto, incentivando e valorizando a agricultura familiar, para que assim seja possível potencializar o desenvolvimento agrícola rural, promovendo a segurança alimentar e geração de renda para as famílias excluídas do atual sistema de produção.

Duque (2008) em sua obra apresenta três vertentes a ser considerada ao empregar a sustentabilidade na convivência com o semiárido, a primeira é a sustentabilidade econômica através da realização das atividades, que gere resultados econômicos suficientes, sem que para isso haja a necessidade do sacrifício físico ou mental; a segunda é a sustentabilidade ambiental, que ocorre por meio de práticas que promovam o uso correto dos recursos naturais, sem ocasionar qualquer tipo de

<sup>4</sup> Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/semiario>>. Acesso em 27 de ago. de 2017.

<sup>5</sup> O índice de Gini mede o nível de desigualdade a partir da renda.

desastre ambiental, e por fim a sustentabilidade social, que é o ambiente propício e favorável para a construção de laços sociais, com base na qualidade das relações entre gêneros e gerações.

Essa visão mais ampla quanto à produção sustentável pode ser abordada por meio da agroecologia, que tende a contribuir para o desenvolvimento de diversas atividades socioeconômicas no ambiente rural, ao tempo que contribui para o fortalecimento de sua economia. A agroecologia, também, tende a proporcionar um melhor nível de renda a partir da diversificação produtiva, de inserções comerciais e de formas de obtenção de renda.

### **Agroecologia e Desenvolvimento Rural no Semiárido Brasileiro**

A agroecologia surge como um ambiente propício para a construção do desenvolvimento rural sustentável, que busca além do manejo correto dos recursos ambientais, proporcionar empoderamento das famílias, autonomia, segurança alimentar e melhores níveis de renda. Para isso, é preciso que ocorra uma maior integração entre o poder público e sociedade, por meio de ações em que os atores trabalhem em conjunto objetivando resultados mútuos.

Nesse sentido, Moreira e Carmo (2004) destacam em seu trabalho que a agroecologia não pretende atuar de forma hegemônica nas comunidades rurais do mundo. Mas sim através da valorização das particularidades de cada região, descobrindo, desenvolvendo e fortalecendo as potencialidades locais. Pois para Moreira e Carmo (2004, p. 42),

A estratégia agroecológica não pode ser generalizada, pois conta com a participação ativa de cada contexto e aposta mais na heterogeneização do que na homogeneização. E reconhece que não há desenvolvimento rural se este não estiver baseado na agricultura como forma de articulação entre o sistema sociocultural local e a manutenção dos recursos naturais locais. Essa estratégia, portanto, possui um caráter agrário e de natureza agroecológica, e poderia ser definida como integral, endógena e sustentável.

Nessa perspectiva de desenvolvimento endógeno, Buarque (2008, p.26, grifo do autor) diz que a ação endógena demanda “[...] um movimento de *organização e mobilização* da sociedade local, explorando as suas *capacidades e potencialidades* próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade”.

Dessa forma entende-se que as experiências agroecológicas, possuem maior destaque, pois os agricultores preocupam-se com a preservação ambiental, buscando aprimoramento nas práticas produtivas. Além disso, a agroecologia incorpora outros elementos, como o incremento



socioeconômico e cultural dos agricultores, que até então eram tidos como a grande massa da população excluída pelo atual modelo do sistema produtivo.

Por esse ângulo, Brasileiro (2009, p. 8) diz que:

As práticas alternativas buscam incorporar novos atores sociais, alcançar novos mercados para a escoação da produção, novos consumidores e atender ao maior número de pessoas possível. Mas é preciso ter em mente que elas não se estendem a toda população do semiárido. Isso acontecerá à medida que novas práticas de desenvolvimento sustentável incorporarem as políticas de planejamento e de desenvolvimento traçados para a região.

Desta maneira, o sistema produtivo que busca desempenhar suas atividades com base na sustentabilidade social, econômica e ambiental, pode ser considerado como um modelo a ser seguido. Como ressalta Barbosa (2013), o agricultor que busca desempenhar suas atividades produtivas por meio da agroecologia pode obter maior ganho em seu bem-estar social, ainda pode dispor dos pressupostos da multifuncionalidade e pluriatividade, podendo assim, serem menos vulneráveis as oscilações de mercado.

Diante disso, a agroecologia vem sendo disseminada como um enfoque inovador e multidisciplinar que vem crescendo ao longo dos últimos anos como uma alternativa de amenizar os problemas causados pelo modelo convencional de produção. Propondo um novo modelo de desenvolvimento da agricultura mediante o manejo ecologicamente correto dos recursos naturais de maneira a alcançar a sustentabilidade e estabilidade nos processos produtivos (SILVA, 2016, p. 17).

De acordo com Casado, Sevilla-Guzmán e Molina (2000) citado por Moreira e Carmo (2004), o desenvolvimento rural em bases agroecológicas deve atender alguns princípios que são: 1) integralidade; 2) harmonia e equilíbrio; 3) autonomia de gestão e controle; 4) minimização das externalidades negativas nas atividades produtivas; 5) manutenção e fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização; 6) utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais; e 7) pluriatividade, seletividade e complementaridade de rendas.

Desse modo, o desenvolvimento rural que atende aos pressupostos agroecológicos, esclarecem as adjetivações de integral, endógeno e sustentável. Ainda para Casado, Sevilla-Guzmán e Molina (2000) citado por Moreira e Carmo (2004, p. 43),

O Desenvolvimento Endógeno é o ingrediente fundamental dessa estratégia, pois parte da valorização dos recursos e processos locais, mediante a participação ativa dos habitantes na gestão e controle do desenvolvimento, como forma de re-criar a heterogeneidade no meio rural e de criar soluções tecnológicas específicas para cada agroecossistema.

Neste sentido, ressalta-se a produção e comercialização dos produtos agroecológicos como uma ferramenta importante para o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares da

Região Semiárida no Brasil. No contexto da agroecologia, os agricultores estão imersos num ambiente no qual podem diversificar suas formas de inserção no mercado. Desta maneira, os agricultores agroecológicos podem acessar simultaneamente uma feira livre, uma loja especializada, um restaurante, um hotel, ou mercado institucional (Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE) para realizar a comercialização de seus produtos.

### **Apresentando Algumas Experiências de Comercialização de Produtos Agroecológicos no Semiárido Brasileiro**

A construção dos mercados para comercialização dos produtos agroecológicos é de extrema importância, pois surgem como estratégias de valorização dos agricultores familiares, promovendo o desenvolvimento rural, realizado por meios de práticas sustentáveis, ou seja, sem danos ao meio ambiente, e ainda, promove melhorias nas condições socioeconômicas dos agricultores sertanejos.

Jalfim *et al* (2008), visto que a agricultura familiar da região semiárida brasileira apresenta alguns desafios, como, segurança hídrica, segurança alimentar e alguns relacionados à natureza sociocultural, especificamente, a questão de caráter assistencialista. Nota-se também alguns problemas “[...] no que tange ao acesso aos mercados, na medida em que os obstáculos à comercialização mostram-se como poderosos gargalos para a sua viabilidade econômica.” Nesse sentido, observa-se a necessidade de “[...] experiência de enfrentamento dessa questão a partir da valorização de mercados locais de pequenas cidades por meio da constituição de feiras agroecológicas [...]” (JALFIM *et al* 2008, p. 23).

Assim, “[...] A construção de redes alternativas passou a ser o foco privilegiado da atenção de grupos sociais propondo que as pessoas, as famílias, as comunidades, os territórios e o próprio Estado reassumam a responsabilidade pelas práticas de produção, distribuição e consumo. [...]” (NIEDERLE, 2013, p. 05).

Niedzielski, Marques e Bona (2008) destacam a importância da ampliação dos mercados como condição para um melhor escoamento dos produtos agroecológicos, ainda mais, por ser um meio ao qual se pode aumentar a diversificação de produtos, a partir da introdução de novas famílias no processo de produção por meio de práticas sustentáveis.

Iniciativas de fortalecimento e diversificação da agricultura fazem-se necessárias, sejam elas oriundas de políticas públicas ou de outros movimentos institucionais ou individuais, pois desde



que elas criem impactos positivos sobre a qualidade de vida das famílias agrícolas e da sociedade como um todo, são desejáveis. Dito em outras palavras, a ampliação da diversidade produtiva, possibilita a ampliação do acesso a meios de subsistências, uma vez que insere os agricultores em atividades produtivas, proporcionando efeitos positivos sobre o padrão de vida das famílias em determinada região. (RATHMANN, et. al. 2008).

Assim, em busca de viabilizar um melhor aproveitamento do trabalho realizado, foi feito sistematização de 4 casos de experiências de produção e comercialização agroecológica, o intuito é analisar se tais experiências apresentam-se como uma possível estratégia para a redução da pobreza rural no Semiárido.

**IMAGEM 1 – Sistematização de experiências de produção e comercialização agroecológica no Semiárido Brasileiro de 2005 a 2013.**

<b>Local</b>	<b>Iniciativa</b>	<b>Resultados</b>
<b>Pernambuco</b>	Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável (Adessu)	Produção sustentável; Feiras agroecológicas; Agregação de valor nos produtos; produção diversificada; melhoria da qualidade de vida; gestão mais autônoma; e segurança alimentar dos produtores e consumidores.
<b>Minas Gerais</b>	Construção da Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz (Coofeliz)	Produção sustentável; Diversificação da produção; Intercâmbio solidário; e Inserção de outras atividades econômicas, por exemplo, criação animal.
<b>Minas Gerais</b>	Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão	Inserção social e econômica; Agregação de valor nos produtos; Valorização dos biomas cerrado e caatinga; segurança alimentar; e autonomia dos agricultores.
<b>Monteiro (PB); Sumé (PB); Triunfo (PE); Caraúbas (RN); Upanema (RN); Campo Grande (RN); Olho D'água dos Borges (RN); Janduí (RN); Apodi (RN); Exu (PE) e Ipubi (PE)</b>	Projeto Dom Helder Câmara	Implantação das feiras agroecológicas; segurança hídrica e alimentar; organização social das áreas de assentamentos e comunidades rurais; Intercâmbio solidário; agregação na renda dos agricultores; e diversificação na produção.

Fonte: Autora (2017).

Nota: Sistematização das experiências contidas na Revista Agriculturas de 2005 a 2013.

A experiência praticada no Semiárido Pernambucano se destacou pela busca dos agricultores familiares agroecológicos em se apropriar das várias potencialidades agrícolas e pecuárias sustentáveis. Santos e Barreto (2005, p. 33) destacam que:

Essas experiências inovadoras de produção agroecológica vêm possibilitando às famílias agricultoras a melhoria da qualidade de vida e uma gestão mais autônoma e mais próspera de suas economias. Isso significa a reconstrução do prazer de ser gente mais alegre e satisfeita, com auto-estima elevada e plantando mais vida para um mundo melhor.

As mudanças no sistema produtivo são necessárias, pois observa-se que iniciativas de base agroecológica possui resultados promissores tanto para os agricultores quanto para os consumidores. Silva; Amorim Junior (2013), diz que o mercado institucional proporciona a estruturação para que os agricultores realizem suas atividades econômicas, como pode ser observado no caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz (Coofeliz), onde “[...] A economia é vista como parte das relações entre esses agentes. E é nessa perspectiva que o enfoque agroecológico vem descortinando novos caminhos para que novos mercados para a agricultura familiar sejam construídos em Espera Feliz” (SILVA; AMORIM JUNIOR, 2013, p. 17).

Visto os impasses que os agricultores da região semiárida enfrentam, ainda mais no que diz respeito à questão sociopolítica, uma que vez o atual modelo de desenvolvimento só beneficia ao agronegócio, percebe-se a necessidade de mudança. Nesse sentido, Gonçalves e Rosa (2005) destacam que a Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão vem conseguindo reinserir os agricultores em atividades econômicas, por meio dos mercados locais e regionais, a cooperativa pode ser caracterizada como um projeto de convivência socioambiental e de inclusão social, uma vez que promove mudanças no âmbito social e econômico dos agricultores.

Outro projeto analisado foi o Dom Helder Câmara que foi desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA). Jalfim *et al* (2008) articula que o projeto tem o objetivo de apoiar ações referentes ao desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares no semiárido nordestino. Atualmente articula uma ampla rede de parceiros de movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Os primeiros frutos ocorreram entre 2002 e 2008, com a implantação de “[...] onze novas feiras agroecológicas, enquanto nove que já existiam por iniciativa de ONGs parceiras foram fortalecidas. No total, 477 famílias produtoras comercializam seus produtos nessas feiras, o que tem permitido a agregação de R\$ 40,00 a R\$ 120,00 por semana às suas rendas [...]” (JALFIM *et al* 2008, p. 24).

Becker, Andersson e Medeiros (2013) abordam que, dinâmicas locais de associativismo e cooperação são determinantes importantes para a inserção dos agricultores familiares agroecológicos nos mercados. Ainda indagam a necessidade da qualificação e consolidação dos mercados para comercialização dos produtos agroecológicos, constituindo assim um meio de superação para as barreiras encontradas no semiárido.

### **Considerações finais**

Ao longo do trabalho, buscou-se analisar se a agroecologia apresenta-se como uma possível alternativa para a superação da pobreza no Semiárido Brasileiro. Neste sentido, depois de feito as análises constatou-se que a comercialização dos produtos agroecológicos emerge como uma estratégia importante para a geração de renda para os agricultores familiares desta região.

Todas as experiências tiveram como predomínio a produção sustentável, a promoção de feiras agroecológicas, proporcionando agregação de valor aos produtos comercializados. Ainda, foi constatado a autonomia dos agricultores, promovendo melhoria na qualidade de vida, através da inserção social e econômica dos agricultores da região analisada.

Outro fator observado durante a pesquisa foi de caráter sociopolítico, ocasionado principalmente pela concentração de renda nas mãos de poucos. Ou seja, o capitalismo consegue de modo hegemônico dominar o modelo de desenvolvimento, ainda mais quando se tem um Estado submisso, onde as relações de dominação entre o capitalista e trabalhadores tendem a se perpetuar. Visto isso, a busca pelo modelo de desenvolvimento de base igualitária é de suma importância.

Portanto, como observado nas experiências apresentadas sobre o semiárido descritas acima, há a existência de mecanismos que buscam promover melhorias socioeconômicas para os agricultores familiares situados nesta região.

## Referências

BARBOSA, L. C. B. G. **A comercialização de produtos orgânicos como alternativa para a geração de sustentabilidade aos agricultores familiares.** 262 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Rede PRODEMA, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

BECKER, C.; ANDERSSON, F. S.; MEDEIROS, P. M. Inovação e controle social na produção e comercialização de alimentos ecológicos: institucionalizando a confiança? **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 10, n. 2, p. 18- 21, jun. de 2013.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Desenvolvimento rural do semiárido brasileiro: transformações recentes, desafios e perspectivas. **Confins** (Paris), v. 1, p. 1, 2013.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4 ed.

BRASILEIRO, R. S. Alternativas de desenvolvimento sustentável no semiárido nordestino: da degradação à conservação. **Scientia Plena**, v. 5, n. 5, 2009.

DUQUE, G. “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.l.], v. 17, jun. 2008.

GONÇALVES, B.; ROSA, H. S. Cooperativa Grande Sertão: articulando populações e diversidades do Norte de Minas Gerais. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia** - v. 2, n. 2, p. 17-21, jun. de 2005.

JALFIM *et al.* Promovendo feiras agroecológicas no semiárido brasileiro: a experiência do Projeto Dom Helder Câmara. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 5 – n. 2, p. 23-25 – jun. de 2008.

NIEDZIELSKI, A; MARQUES, A. C; BONA, L.C. Trajetória e desafios da construção de mercados locais para a agricultura ecológica em Porto União (SC) e União da Vitória (PR) - **Revista Agriculturas** - Experiência em Agroecologia: Equidade e soberania nos mercados - v. 5 – n 2, p. 00-00.

NIEDERLE, P. A. Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 10 - n. 2, p. 4-7 - junho de 2013.

RATHMANN, R. et al. Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 325-354, 2008.

SANTOS, J. A.; BARRETO, R. Agricultoras descobrem nova forma de gerar renda e garantir uma alimentação segura. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia** - v. 2, n. 3, p. 31-33, out. de 2005.

SILVA, R. A. C da. **Debatendo a agroecologia no Semiárido Brasileiro: uma análise a partir das experiências contidas na Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas) – Campus Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2016.

SILVA, M. G.; AMORIM JUNIOR, P. C. G. Inovações organizacionais para a construção de mercados locais e solidários em Espera Feliz (MG). **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia** - v. 10, n. 2, p. 14-17, jun. de 2013.

TONNEAU, J. P.; AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 67-82, jan./abr. 2005.